



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 29/2016
Período: 13/08/2016 – 19/08/2016

GEDES - UNESP

- 1- General foi indicado para assumir o comando da Funai
- 2- Região próxima ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, recebeu reforço de segurança do Exército
- 3- Contingente das Forças Armadas não foi necessário para segurança durante os jogos Olímpicos Rio 2016 no Distrito Federal
- 4- Advogado destacou a necessidade de reformular lei criada durante o regime militar para combater o abuso de poder
- 5- Exposição utilizou a temática do corpo humano para representar a tortura durante o regime militar
- 6- Editorial debateu exclusão de militares da reforma previdenciária
- 7- Super Tucano poderá substituir aeronave estadunidense em algumas missões dos Estados Unidos
- 8- Atletas patrocinados por programa das Forças Armadas são maioria entre os medalhistas brasileiros
- 9- Permanência do Exército no estado do Rio Grande do Norte foi estendida
- 10- Marinha vetou jogo de celular em suas instalações
- 11- Ministro da Justiça defendeu maiores investimentos em armamento
- 12- Setor nuclear brasileiro é investigado pela Operação Lava Jato
- 13- Exército é utilizado para segurança pública no Acre

1- General foi indicado para assumir o comando da Funai

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o assessor de relações institucionais do Comando Militar da Amazônia (CMA) e general do Exército, Franklimberg Ribeiro de Freitas, foi o nome indicado pelo Partido Social Cristão (PSC) para comandar a Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo o jornal, a Funai está sem presidente desde o afastamento, em maio de 2016, da então presidenta da República, Dilma Rousseff, sendo que quem ocupa a função hoje é o substituto Artur Nobre Mendes. O periódico informou que Freitas teve sua indicação encaminhada ao Palácio do Planalto pelo presidente nacional do PSC, o Pastor Everaldo Dias Pereira. No entanto, a *Folha* afirmou que a tendência é a rejeição do governo a sua nomeação, o que significaria a segunda derrota do partido na mesma área, já que em julho de 2016, a indicação do general Roberto Sebastião Peternelli Júnior foi rejeitada depois de a *Folha* ter revelado o apoio do general ao regime militar (1964-1985). (*Folha de S. Paulo – Poder – 13/08/2016*)

2- Região próxima ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, recebeu reforço de segurança do Exército

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, as vias expressas próximas a região do Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, tiveram seu esquema de segurança reforçado pelo Exército. De acordo com o periódico, a medida foi adotada depois da morte do soldado Hélio Vieira Andrade, da Força Nacional de Segurança, no dia 11/08/16, baleado ao entrar por engano em uma das favelas do complexo. (*O Estado de S. Paulo* – Olimpíada 2016 – 13/08/2016)

3- Contingente das Forças Armadas não foi necessário para segurança durante os jogos Olímpicos Rio 2016 no Distrito Federal

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o governo do Distrito Federal (DF) divulgou, no dia 15/08/16, um balanço das ocorrências de crimes, acidentes e infrações que foram registradas no período em que a capital federal Brasília foi sede de jogos das Olimpíadas Rio 2016. De acordo com o *Correio*, o contingente de 4 mil militares das Forças Armadas que foram disponibilizados para garantir a segurança em caso de ataques terroristas durante o período não foram necessários, sendo os 4,5 mil agentes da segurança pública mobilizados pelo governo no DF suficientes para manter a segurança. (*Correio Braziliense* – Cidades – 16/08/16)

4- Advogado destacou a necessidade de reformular lei criada durante o regime militar para combater o abuso de poder

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o advogado e ex-presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Luís Francisco Carvalho Filho, criticou a atual lei que pune o abuso de poder, criada no ano de 1965, no início do regime militar (1964-1985). De acordo com Carvalho Filho, um exemplo da ineficiência da lei ocorreu nas manifestações de 2013, quando dois policiais militares foram condenados, com base no Código Militar de 1969, a apenas um mês e seis dias de prisão por forjar o flagrante de um jovem que participava de protesto. O advogado criticou a lei em reação ao projeto de lei do presidente do Senado, Renan Calheiros, o qual define os crimes de abuso de poder por autoridades como reacionários e corporativos. (*Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 13/08/2016)

5- Exposição utilizou a temática do corpo humano para representar a tortura durante o regime militar

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a exposição do pintor Alex Flemming, denominada “Natureza Morta”, a qual foi criada no ano de 1978 e está em cartaz atualmente no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, utilizou a sua fascinação pelo corpo humano para fazer uma alusão à tortura de presos políticos durante o regime militar (1964-1985). O jornal afirmou que a exposição ocorreu no mesmo ano em que a Justiça responsabilizou a União pela morte do jornalista Vladimir Herzog, no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). *O Estado* destacou ainda o caráter autobiográfico de “Natureza Morta”, e revelou que Flemming buscou se colocar no lugar dos torturados. (*O Estado de S. Paulo* – Caderno 2 – 13/08/2016)

6- Editorial debateu exclusão de militares da reforma previdenciária

O editorial do jornal *Folha de S. Paulo* debateu a exclusão dos militares da reforma da Previdência. O periódico criticou a medida adotada pelo governo do presidente da República interino, Michel Temer, de excluir as Forças Armadas da uniformização dos direitos e obrigações dos setores trabalhistas brasileiros, como professores, policiais, servidores públicos e da iniciativa privada. Segundo *O Estado*, o argumento dos militares, que apoiam sua exclusão da iniciativa, é de que “seus membros estão à disposição permanente do Estado e sujeitos, na vida ativa, a deslocamentos por todo o território nacional”, não dispendo de Fundos de Garantias e nem ganhando hora extra. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, mostrou-se favorável à decisão devido às “peculiaridades da carreira” militar. O editorial lembrou que as Forças Armadas têm sido omitidas dos ajustes pelos quais a Previdência passou nos últimos anos, sendo que as últimas mudanças nos privilégios militares ocorreram em 2001, em relação ao corte da pensão vitalícia para filhas solteiras de militares. A *Folha* comparou ainda números referentes a gastos e a proporção de beneficiados da área de Defesa e do Bolsa Família. O jornal afirmou que, enquanto o governo destinou R\$ 35 bilhões a cerca de 300 mil militares inativos e pensionistas, o Bolsa Família contou com R\$ 26,9 bilhões distribuídos a 14 milhões de pessoas. O periódico destacou a necessidade de “que tais condições sejam revistas à luz da evolução da expectativa de vida e das imposições orçamentárias”, havendo a necessidade de se tomar medidas administrativas urgentes para se controlar a crise financeira no país. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 14/08/16*)

7- Super Tucano poderá substituir aeronave estadunidense em algumas missões dos Estados Unidos

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea estadunidense poderá substituir a aeronave A-10, em operação desde o ano de 1977, pelo modelo A-29 Super Tucano, da empresa brasileira Embraer S.A., futuramente, em missões “mais leves”. De acordo com o jornal, o A-29 seria uma escolha viável para a substituição por ser fabricado nos Estados Unidos e já ter sido escolhido, em momento anterior, pelo Departamento de Defesa estadunidense. *O Estado* afirmou que o objetivo é que a aeronave fique responsável por ataques em menor escala e “em território hostil de baixo risco”. A possível desmobilização da aeronave A-10 deverá ter início em 2017, com apoio do senador republicano e membro da Comissão das Forças Armadas do Senado, John McCain, e visa controlar os gastos da aviação militar em cerca de US\$ 4 bilhões. Entretanto, conforme informado pelo periódico, há a possibilidade de o A-10 estender sua vida útil até 2040. (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/08/16*)

8- Atletas patrocinados por programa das Forças Armadas são maioria entre os medalhistas brasileiros.

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, nove das onze medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Olímpicos Rio-2016, até o dia 16/08/16, foram recebidas por atletas beneficiários do programa de alto rendimento do Ministério da Defesa e do Esporte, criado em 2008, o qual auxilia os atletas com um soldo de R\$ 3.200,00 mensais, além de plano de saúde e odontológico. Em editorial para a *Folha*, o jornalista Bernardo Mello Franco lembrou que o programa foi criado para atrair atletas civis para os Jogos Militares de 2011, o qual teve liderança brasileira no ranking de medalhas, com 45 medalhas de ouro.

Segundo a *Folha*, os atletas contemplados pelo programa concorreram, por meio de editais públicos, e quando aprovados passaram por treinamento de 45 dias, tornando-se militares temporários com a patente de terceiro-sargento. Os esportistas não frequentaram o quartel, sendo solicitados apenas em algumas solenidades, e adquiriram acesso às instalações das Forças Armadas, nas quais realizaram treinamento. Os periódicos *Correio* e *O Estado* fizeram alusão à entrevista de Marcos Goto, treinador de ginástica artística do medalhista olímpico e terceiro-sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Arthur Zanetti. Goto criticou as Forças Armadas por apoiarem apenas “atletas de alto nível” e não investirem na formação olímpica desde a infância. (*Correio Braziliense* – Superesportes – 16/08/16; *Folha de S. Paulo* – Esporte – 17/08/2016; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 19/08/2016; *O Estado de S. Paulo* – Olimpíada 2016 – 16/08/16)

9- Permanência do Exército no estado do Rio Grande do Norte foi estendida

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a permanência das tropas do Exército na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, foi estendida até o dia 23/08/16 em resposta ao pedido do governador do estado, Robinson Faria. Segundo *O Estado*, o governador havia solicitado, no dia 15/08/16, a manutenção das Forças Armadas por mais 30 dias devido a novos ataques criminosos. Conforme a *Folha*, desde o dia 29/07/16, houveram 118 tentativas e atentados em 42 municípios em todo o estado, consequência da política de Faria de instalar bloqueadores de celular nos presídios do Rio Grande do Norte. Entretanto, a *Folha* afirmou que o presidente da República interino, Michel Temer, decidiu prorrogar a permanência dos militares por um período menor que o solicitado. *O Estado* informou que o decreto que estendeu o prazo de permanência das Forças Armadas “por mais oito dias” na região metropolitana do Rio Grande do Norte foi assinado no dia 15/08/16, com publicação no Diário Oficial da União no dia 16/08/16. Segundo a *Folha*, Faria deve requisitar formalmente ao governo federal homens da Força Nacional de Segurança, em substituição as Forças Armadas. De acordo com o jornal, o Ministério da Defesa informou que as Forças Armadas e a Força Nacional de Segurança estão envolvidas em operações ligadas às Olimpíadas. (*Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 18/18/16; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 17/08/2016)

10- Marinha vetou jogo de celular em suas instalações

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Comando da Marinha restringiu o uso de aplicativos de celular que utilizem câmera, microfone e GPS, como o caso do jogo Pokémon Go, disponibilizado recentemente ao Brasil, dentro de instalações militares. Segundo o jornal, a decisão foi tomada devido a questões de segurança, sendo que os militares procuram evitar que informações ou locais sigilosos sejam divulgados, visto que o aplicativo requer acesso à câmera e à localização. (*Folha de S. Paulo* – Mercado – 16/08/16)

11- Ministro da Justiça defendeu maiores investimentos em armamento

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Justiça, Alexandre Moraes, afirmou, no dia 16/08/16, na Cidade da Polícia, na cidade do Rio de Janeiro, que “o Brasil precisa de menos pesquisa em segurança e mais armamento”. De acordo com o periódico, a declaração de Moraes deixou acadêmicos brasileiros descontentes, como o sociólogo e coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança

Pública (Crisp/UFMG), Claudio Beato, o qual afirmou que o ministro demonstrou uma “ignorância atroz” em relação ao funcionamento da segurança pública e da própria indústria bélica. Beato defendeu que “não existe desenvolvimento sem pesquisa. Nem a indústria da guerra prescindiu em algum momento da história mundial do conhecimento acadêmico. Não há como uma coisa funcionar sem a outra. Inclusive, a nossa indústria bélica precisa muito de pesquisa para desenvolver armamentos melhores para os nossos policiais”. O ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Violência da Universidade de Brasília (NEV/UnB), Arthur Trindade, afirmou que “o Ministério da Justiça não pode ser um balcão de financiamento de viaturas, coletes e armamentos”, afirmando que em razão da gravidade do problema da violência no Brasil é necessário mais pesquisas “para traçarmos um diagnóstico e estratégias de combate”. Segundo o *Correio*, o Instituto Sou da Paz demonstrou preocupação com a declaração do ministro e com o anúncio de um decreto que deve permitir que a polícia fique com o armamento pesado apreendido com criminosos, atualmente encaminhado ao Exército para destruição. O advogado do instituto, Felipe Angeli, comentou que “um tiroteio entre bandidos e policiais com armamentos pesados” cria uma situação de “guerra completa”, a qual “coloca em risco a vida de policiais, de transeuntes, de inocentes”. (*Correio Braziliense – Brasil – 18/08/16*)

12- Setor nuclear brasileiro é investigado pela Operação Lava Jato

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Matias Spektor, afirmou que o projeto nuclear brasileiro é investigado pela Operação Lava Jato. Segundo Spektor, os constantes escândalos de corrupção envolvendo ex-presidentes da empresa Eletronuclear, entre eles o engenheiro naval Othon Luiz Pinheiro da Silva, reforçaram a ideia de privatizar a empresa. Porém, Spektor afirmou que os interessados no projeto de privatização também estão envolvidos nos escândalos. Para o professor, “a corrupção no setor atômico cria medo de sabotagem ou desvio de material físsil, além de enorme risco ao meio ambiente e à saúde global”, afirmando ser necessário um urgente “choque de boa governança” para reverter o processo. Entretanto, Spektor declarou que o fato de o setor nuclear civil ser controlado pela Marinha, algo que só ocorre no Brasil, facilita o acobertamento de práticas ilícitas, sob a premissa de sigilo praticado para proteger segredos tecnológicos. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 18/08/2016*)

13- Exército é utilizado para segurança pública no Acre

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército tem atuado no policiamento de cidades do estado do Acre devido a uma onda de violência na região. De acordo com o jornal, mais de 20 ataques criminosos já ocorreram no estado, entre eles a queima de ônibus escolares, de uma ponte e a tentativa de incendiar uma escola. Segundo o periódico, as ordens de depredação saem de dentro de presídios, assim como no caso do Rio Grande do Norte. O jornal afirmou que cerca de 300 soldados do Exército e parte do efetivo das Polícias Federal e Rodoviária Federal ajudam no policiamento, e que entradas e saídas para a capital do estado, Rio Branco, foram bloqueadas. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole– 19/08/2016*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).